



Museologia, Museus e Patrimônios

Apresentação-A Inclusão Social na Museologia, nos Museus e no Patrimônio

Bruno Brulon Soares¹

Monique B. Magaldi²

A ideia coletiva de organizar um dossiê voltado para a Museologia, os Museus e o Patrimônio em um número da *Revista Inclusão Social* nasce do desejo de se produzir um registro atual das reflexões, experiências e casos de estudo brasileiros que ilustram alguns dos avanços em inclusão, diversidade e participação social no setor dos museus e das práticas patrimoniais. Tal desejo reuniu os esforços dos editores convidados, do comitê científico e, extensivamente, de todo o corpo editorial que permitiu a produção do presente número envolvendo pesquisadoras, técnicas, diretoras, produtoras de políticas públicas, educadoras e ativistas, que generosamente contribuíram com os seus artigos.

Sabemos que o tema da inclusão social nos museus e no patrimônio não poderia ser esgotado ou mesmo abordado de maneira suficientemente extensiva na seleção dos nove textos que vos chega. No entanto, buscamos representar uma diversidade de pontos de vista que pudesse dar conta da amplitude de olhares, saberes e práticas que compõem um cenário em expansão no tempo presente. A Museologia brasileira, como reafirmado em outros trabalhos (Brulon, 2023), é hoje reconhecida como um laboratório precursor de práticas e métodos inovadores envolvendo a participação da sociedade e, notadamente, de grupos historicamente marginalizados, nos processos de preservação e transmissão do patrimônio em sua integralidade. Nossas práticas, políticas e instituições, com frequência, servem como referência para discussões em âmbito global ou para informar transformações em instituições do Sul ao Norte do mundo.

A inclusão social praticada nos museus e no patrimônio cultural no Brasil, em seus diversos métodos e níveis de aplicação, está intimamente ligada à democratização do acesso à cultura e à reflexão sobre as relações de poder, identidade e memória na sociedade e no conhecimento museológico das últimas décadas. Desde o início dos anos 2000, o tema vem sendo discutido como parte da expansão do “papel social dos museus” (Aidar, 2002), enunciado nestes termos ao menos desde a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, evento emblemático para profissionais de toda a América Latina. Naquele contexto, a Museologia brasileira recuperava alguns dos valores da emblemática mesa organizada pelo ICOM e pela UNESCO, ampliando as reflexões no âmbito de uma Nova

1 Bruno Brulon Soares é professor de Museologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e mestre de conferências na University of St Andrews, na Escócia. Coordena o Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI), desenvolvendo pesquisas junto a museus de base comunitária e experimental. Entre 2019 e 2022, foi presidente do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM) do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e atualmente é copresidente do Comitê Permanente para a Definição de Museu (ICOM Define).

2 Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2006), mestrado em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010) e doutorado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (2017). Atualmente, é docente permanente dos cursos de graduação da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS / UNIRIO-MAST.

Museologia traduzida para as necessidades e possibilidades locais. O contexto dessas transformações, neste número comentado na entrevista concedida por **Mário Moutinho**, membro fundador do movimento internacional que recebeu tal nome, marcaria um momento de renovação de políticas culturais e de efervescência da produção acadêmica sobre o tema da inclusão, ainda quando o termo não apresentava as conotações teórico-práticas adquiridas nas últimas décadas.

Podemos observar alguns dos ecos desse florescimento de novas ideias e práticas em experiências mais recentes que contribuíram para a transformação do panorama nacional, como na consolidação de redes de Museologia Social - influenciadas, originalmente, pela adoção da categoria de “museu social” proposta em Santiago do Chile -; bem como na criação dos Pontos de Memória a partir de 2009, apoiados pelo programa de mesmo nome do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); ou, mais recentemente, na constituição da Política Nacional de Educação Museal, aprovada em 2021, onde o tema da inclusão é alicerçado à educação baseada no “diálogo com a sociedade” (2021). Tais avanços, alguns deles debatidos nos artigos que compõem este dossiê, evidenciam a concretude de práticas inclusivas em museus e na preservação do patrimônio - concretude esta que pode ser interpretada como uma tendência definidora da museologia brasileira contemporânea.

Os debates sobre inclusão social nos museus têm origem nos anos 1990, quando o termo é introduzido em políticas públicas para o setor em países da Europa, sendo usado para combater a exclusão social e convocando os museus para se tornarem agentes de inclusão dos mais diversos públicos e segmentos da sociedade. O papel social dos museus é, então, renegociado por meio da participação de agentes da sociedade até então excluídos por barreiras socio-cultuais, educativas, físicas e cognitivas estabelecidas historicamente e até então inquestionadas. A inclusão, para além da acessibilidade assegurada por algumas instituições, passava a ser compreendida como um processo mais amplo de desmantelamento da exclusão institucionalizada (Sandell, 1998). Tal entendimento, em termos práticos, fez emergir debates sobre representação e representatividade, a ênfase na participação de grupos sociais marginalizados e a partilha de autoridade com o maior número de atores sociais.

Ao redor do mundo, e notadamente no Brasil, a noção de “museu inclusivo” passaria a informar novas práticas e entendimentos do funcionamento dos museus em sua permeabilidade social. As discussões em torno do conceito levariam ao reconhecimento do museu enquanto instituição inclusiva e ativada pela participação de diversas comunidades segundo a mais recente definição de museu adotada pelo ICOM em agosto de 2022. Associada à concepção de um museu que promove a diversidade e a equidade, a inclusão leva os museus a enfrentarem problemas relacionados ao racismo institucional, à discriminação por gênero, orientação sexual, religião, e as mais diversas formas de preconceito, ajudando aos museus e instituições do patrimônio a se comprometerem com agendas antirracistas e de garantia dos direitos de povos Indígenas por terras, recursos naturais, e pela autodeterminação no campo do patrimônio. Os debates reunidos neste dossiê são, em

sua maioria, informados diretamente por essa transformação do entendimento do museu, de suas práticas e compromisso social, por vezes aprofundando áreas onde os limites da inclusão social ainda precisam ser tensionados, ou mais bem compreendidos para permitir novos avanços.

Considerando a historicidade dos processos inclusivos e das conquistas atualmente reconhecidas, algumas das autoras neste número investigam os fundamentos do campo museológico - em sua configuração teórica, acadêmica e profissional - chamando a atenção para marcadores de gênero e para as hierarquias sociais suplantadas no passado mas que ainda requerem reflexão do presente. **Fernanda Santana Rabello de Castro** e **Ana Carolina Gelmini Faria**, em seu texto oriundo de pesquisa de mestrado, se debruçam sobre a contribuição das mulheres na constituição histórica da educação museal, reconhecendo neste processo uma contribuição relevante para a valorização de mulheres na produção intelectual do campo da Museologia em sua interface com a Educação. Ao analisarem a produção intelectual das mulheres atuantes no Museu Histórico Nacional entre 1922 e 1958, as autoras consideram as suas contribuições como determinantes para os processos de ruptura e continuidades que levariam ao desenvolvimento de uma nova prática de educação no contexto dos museus no país - prática esta que serviria de base para o delineamento da Política Nacional de Educação Museal muitos anos depois.

Olhando para um caso de estudo recente, mas ainda considerando a historicidade dos debates sobre inclusão em âmbito nacional e internacional, **Silvilene de Barros Ribeiro Moraes**, **Érika Souza Leme** e **Michele Pereira de Souza da Fonseca** propõem uma reflexão sobre a educação humanizadora, considerando os seus desafios e limites teóricos e práticos na atualidade. As autoras se voltam para a experiência do projeto de extensão “Mediações culturais para a educação humanizadora”, para pensar a formação crítica de educadoras na área de inclusão social. O método da experimentação fomentando a auto-reflexão como princípio da formação profissional também é abordado no artigo de **Marijara Queiroz** e **Monique B. Magaldi**, analisando as exposições curriculares no curso de Museologia da Universidade de Brasília. A autora apresenta um levantamento detalhado das exposições concebidas por estudantes de graduação com temáticas voltadas para a inclusão social de pessoas negras, da população LGBTQIA+ e de corpos dissidentes. Aqui a formação profissional de jovens graduandos reflete as mudanças sentidas mais lentamente no campo dos museus, no reconhecimento da exclusão de indivíduos e comunidades.

A inclusão, como entendida nas perspectivas aqui representadas, envolve não apenas a ampliação do acesso aos espaços culturais, mas também a transformação das práticas museológicas e de preservação do patrimônio. Do ponto de vista dos processos de musealização e patrimonialização, tal subversão de práticas tradicionalmente aceitas visa torná-los mais representativos e acessíveis para diferentes grupos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados, como povos indígenas, afrodescendentes, mulheres, comunidades LGBTQIA+ e outras dissidências não conformadas aos enquadramentos cis-heteronormativos e brancos reproduzidos pelos museus modernos (Brulon, 2020). Em

seu artigo neste número, **Julia Nolasco Leitão de Moraes** propõe uma reflexão sobre o direito à musealização, pensando a participação dos públicos nos processos constitutivos dos museus na contemporaneidade, neste sentido, ampliando o entendimento sobre o caráter público dos museus. A autora parte da reflexão teórica sobre os regimes de valor que conferem musealidade, como a qualidade conferida aos objetos de museu, para então analisar mudanças concretas nas práticas museológicas acionadas pela participação.

Tal sentido expandido da musealização, para comportar diferentes segmentos sociais, se vê presente no exemplo do Museu das Remoções, no Rio de Janeiro, narrado por **Bruno Brulon Soares**, em seu texto traduzido para este número. O autor explora o conceito de “contramuseologia” para pensar o museu como dispositivo acionado por um grupo de ativistas lutando contra a gentrificação de um território e de suas memórias. Ao analisar o movimento de reação de moradores da Vila Autódromo, ameaçados por um processo violento de remoções na zona Oeste da cidade, o artigo se volta para as práticas de resistência envolvendo a valorização do fragmento como testemunho da destruição e da perda, para propor a musealização como denúncia da exclusão social no tecido urbano.

Em seu sentido alargado, o conceito de contramuseologia pode servir para pensar outras experiências em que o trabalho da musealização serve para dismantlar os enquadramentos excludentes que produzem patrimônios e objetos de museu. Contrariando o regime de valor instituído pela perspectiva de uma museologia branca, aristocrata e masculina, o artigo de **Aline Montenegro Magalhães** investiga a vida museal de objetos relacionados à experiência afrodiáspórica remetendo ao período da escravidão e no pós-abolição, adquiridos pelo Museu Histórico Nacional ao longo das gestões do seu primeiro diretor, Gustavo Barroso (1922-1930 e 1932-1959). Enfrentando o desafio metodológico de evidenciar apagamentos e silêncios na coleção de um museu nacional, a autora se debruça sobre o tratamento pregresso desses objetos para introduzir um debate sobre as possibilidades que eles enunciam no presente, visando uma priorização (ou “protagonismo”) da representatividade afro-brasileira no museu.

De modo semelhante, a proposta de uma museologia insurgente, no artigo de **Elison Paim e Valdemar de Assis Lima** contribui para lançar um olhar antirracista sobre práticas museais, a favor das vidas negras, e nos provoca a refletir questionando: A quem interessa a morte de pessoas negras no Brasil? O artigo mostra como caminho os projetos educativo-culturais sociorreferenciados como estratégia de aquilombamento, os quais promoveriam a reflexão crítica sobre educação, memória e patrimônio.

Por sua vez, **Clovis Carvalho Britto** irá propor reflexões a partir do estudo de caso do Memorial *Ilê Axé Oyá Bagan*, localizado no Distrito Federal, baseado na trajetória do *Ilê Axé Oyá Bagan*, terreiro de candomblé, memorial que evidencia o lugar das religiões de matriz africana no campo dos patrimônios e dos Museus, chamando para reflexões voltadas à inclusão social e ao enfrentamento do racismo religioso.

Tema fundamental para o debate contemporâneo sobre os museus e o patrimônio, a inclusão social abre possibilidades práticas ilimitadas que abarcam desde o ativismo museal

em contextos comunitários à ampliação de métodos aplicados à musealização em instituições nacionais, engendrando contramuseologias, reconfigurando a formação profissional e permitindo a construção de novos pontos de conexão com a história representada nos museus. Que este dossiê sirva de estímulo e pre-texto para que profissionais, estudiosos e praticantes da museologia, busquem nesses pontos de conectividade - no sentido proposto por Hooks (2003) - novas formas mais inclusivas de fazer museu e de narrar a história.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

AIDAR, G. Museus e inclusão social. Patrimônio e educação. **Ciências e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 31, p. 53-62, jan./jun. 2002.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria Ibram n. 605, de 10 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências. Brasília: Ministério da Cultura, 2021.

BRULON SOARES, B. Re-definir a partilha: o museu entre o local e o global. *In*: HIRSCH, D. (ed.). **Um caminho com múltiplos olhares**: as estratégias e as reflexões sobre a participação do ICOM Brasil na nova definição de museu. São Paulo: ICOM Brasil, 2024. p. 12-22.

BRULON, B. Museu queer e Museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. **Museologia e Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 81–94, 2020. DOI 10.26512/museologia.v9i17.31594. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31594>. Acesso em: 3 jan. 2025.

HOOKS, B. **Teaching community**: a pedagogy of hope. London: Routledge, 2003.

SANDELL, Richard. 1998. Museums as agents of social inclusion, **Museum Management and Curatorship**, Great Britain, v. 17, n. 4, p. 401-418, DOI 10.1080/09647779800401704.